**QUESTÕES – SEGUNDA AVALIAÇÃO – DPC0524 - Poder Público em Juízo (2020)**

**1-** **a)** O procedimento do contencioso administrativo é similar ao do processo civil? **b)** Em que medida a tutela constitucional do processo atua nesse campo? Justifique as repostas. **(2,0)**

Resposta item “a”:

Resposta item “b”:

**2-** Aponte os principais problemas da litigância repetitiva a que está submetido o Estado. Justifique. **(2,0)**

Resposta:

**3-** O Ministério Público Estadual ajuizou ação de improbidade administrativa em desfavor de Miguel e Adelaide, diretores da empresa pública de saneamento do município de Netunópolis, sob o fundamento de que ambos teriam, na qualidade de representantes da referida pessoa jurídica, firmado contratos cujo objeto era a aquisição de equipamentos de purificação de água por preços superiores aos de mercado; e, para tanto, houve captação de recursos mediante operação financeira sem observância das normas legais, com juros também acima dos patamares de mercado – figuras previstas no art. 10, V e VI da Lei de Improbidade Administrativa; do que teria resultado prejuízos ao Erário. A demanda também foi ajuizada em confronto da empresa (privada) vendedora dos equipamentos e da instituição financeira que fez o financiamento. O autor da demanda pediu fossem todos os réus condenados solidariamente a devolver a integralidade dos valores contratados, acrescido de multa civil no importe equivalente ao dobro da condenação principal, além da suspensão de direitos políticos das pessoas físicas e proibição de as empresas de contratar com o Estado.

No mesmo dia, foi ajuizada uma ação popular fundada nos mesmos fatos, com base no disposto no art. 4º, II, “a” e V, “b” da Lei da Ação Popular. Contudo, a demanda foi movida em desfavor da empresa pública, por ter sido ela a parte contratante, nos ajustes ilegais e dos quais teriam advindo os prejuízos mencionados; além de ter sido também dirigida em desfavor da vendedora do equipamento e do banco financiador. O autor pediu que fosse reconhecida a invalidade dos negócios jurídicos e que as empresas fossem condenadas a ressarcir o patrimônio público pelo dano causado; que, diversamente do que postulou o Ministério Público, entendia-se ser apenas a diferença entre os valores de mercado e os valores contratados. Quanto aos Diretores, o autor popular justificou sua não-inclusão diante da regra do art. 11, *caput*, da citada lei, que ressalva eventual demanda regressiva contra os funcionários causadores da ilegalidade/dano.

Como juiz(a) da Vara única da Comarca para a qual foram dirigidas as duas demandas, profira fundamentada decisão de recebimento ou rejeição em relação a ambas. Dentre outros aspectos que se afigurem relevantes, considere que, embora fundadas nos mesmos fatos, as duas demandas têm fundamentos jurídicos e objetos diversos e, no segundo caso, parcialmente antagônicos; o que permite antever – e ter como premissa da questão – que o integral acolhimento de ambas é inviável. ATENÇÃO: a resposta não deve levar em conta a opção pela demanda que, ao ver do(a) aluno(a) conteria a solução mais justa. O objetivo é saber como seria possível a coordenação das duas medidas; ou, não sendo, qual seria a solução. **(6,0)**

Resposta: